

ILUSTRÍSSIA SENHORA PRESIDENTE

ERALDA ETRA MARIA LESSA - DA Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 006/2022/CPLO/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0069.007188/2022-46/SEOSP/RO

A empresa **EGN COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. [REDACTED], com sede administrativa na Rua. Dom Pedro II, 5º andar, sala 506 - caiari, Porto Velho-RO, por intermédio de seu representante legal o Sr. **DARLI COELHO PERES**, portador do RG [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], apresentar.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da inabilitação da empresa **EGN COMERCIO E SERVICOS LTDA**, já qualificada nos autos do presente processo, conforme a seguir exposto.

I – TEMPESTIVIDADE:

A apresentação do presente recurso é tempestiva, à luz do previstos no art. 109, i, “a”, da lei nº. 8.666/93, combinado com § 5º do referido artigo, pois **devem ser apresentadas em até 05 (cinco)** dias úteis. Considerando que a intimação se deu no dia **08/08/2023 (terça feira)**, o prazo para recurso iniciou-se em **09/08/2023 (quarta feira)**, primeiro dia útil subsequente à data da intimação, e se encerra ao fim do dia **15/08/2023 (terça feira)**, portanto tempestiva.

II – RESUMO DOS FATOS:

Atendendo à publicação do Edital do certame em questão, elaborado por essa Comissão e divulgado em seu sítio eletrônico oficial, esta licitante apresentou sua proposta e documentos de habilitação no intuito de lograr êxito, tendo participado de forma eletrônica à sessão de abertura da licitação.

Após o encerramento dos lances, todos os documentos foram analisados pela Pregoeira e Equipe de apoio desta conceituada SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL – CPLO.

O pregoeiro e equipe de apoio, ao analisar a documentação das empresas, considerou todos os requisitos habilitatórios previstos no Edital e entendeu por bem inabilitar a empresa **EGN COMERCIO E SERVICOS LTDA**.



DARLI COELHO
PERES [REDACTED]

Assinado de forma digital por
DARLI COELHO PERES
Dados: [REDACTED]

III – DA RAZÕES:

Ilustríssimos, o presente recurso está sendo impetrado contra a decisão emitida pela CPLO em 08/08/2023, que inabilitou a recorrida, por supostamente ter descumprido o instrumento convocatório, especialmente os itens 15.3, alínea "f" do Edital, por não comprovar qualificação técnica profissional para o serviço de "Execução de alambrado", descumprindo assim, parcialmente, o exigido no item 15.3, alínea "d" do Edital e por apresentar Atestado de Capacidade Técnica Operacional (fls. 98-99, numeração da empresa) com indicação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART cancelada, contrariando assim o exigido no item 15.3, alínea "d.1"., proferindo a seguinte decisão.

Conforme visto a comissão inabilitou a empresa por supostamente ter descumprido o item já mencionado, pois acontece que essa recorrida não concorda com a decisão da comissão de licitação pois conforme descrito no item 15.3 alínea "f" vejamos o que diz o item:

f) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obras com características semelhantes ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

SERVIÇOS REQUERIDOS	UNID.	QUANT. TOTAL
Execução de alambrado	M ²	211,57
Execução de armação para fundação	Kg	1.932,94
Execução de concreto moldado in loco	M ³	41,41

Acontece que esta recorrida atende sim perfeitamente o atestado de capacidade técnica operacional conforme atestados apresentados na referida licitação, pois os atestados apresentados foram os seguintes:

Atestado de capacidade Técnica da empresa **GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS**, cujo seu responsável técnico faz parte do quadro da empresa, deste modo atende tanto o operacional quanto o profissional, veja os itens que compõe o referido atestado.

LOCAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO PARA FUNDAÇÃO	M ²	184,32
EXECUÇÃO DE RADIER TIPO ESTAQUEADO COM 20 CM DE LAJE EM CONCRETO ARMADO FCK=30 MPA, MALHA DUPLA Q-246 COM DIÂMETRO Ø 6,30 MM	M ²	184,32
ARMAÇÃO DE ESTACAS COM DIÂMETRO DE 40CM AÇO CA-50 Ø 12,00 MM	KG	2.630,00
ARMAÇÃO DE BLOCO DE COROAMENTO AÇO CA-50 DE Ø 10,00 MM	KG	324,00
ARMAÇÃO DE VIGAS DE TRAVAMENTO AÇO CA-50 DE Ø 10,00 MM	KG	205,00
ARMAÇÃO COM TELA Q-246 AÇO CA-50 Ø 6,30 MM	KG	3.637,00
CONCRETO FCK 30 MPA BOMBEÁVEL, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	M ³	123,00
INSTALAÇÃO DE GRADIL METÁLICO TIPO NYLOFOR Ø 5,0 MM 2,43 X 2,50 M	M ²	276,00
INSTALAÇÃO DE PORTÃO EM GRADIL METÁLICO 1,34 X 2,73 M	UNID	1,00

Conforme imagem acima, Atestado de capacidade Técnica no qual a empresa **GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS** atesta que essa recorrida executou de forma satisfatória os serviços ali discriminados desta forma atendendo sim o que solicita o edital item 15.3 alínea "f".

O item (**execução de alambrado 211,57m²**) que o edital solicita, é atestado pelo item (**instalação de gradil metálico tipo nylofor ø 5,0 mm 2,43 x 2,50 m 276,00m²**) atestado GEMELO.

Abaixo iremos demonstrar que o item (**instalação de gradil metálico tipo nylofor ø 5,0 mm 2,43 x 2,50 m 276,00m²**), atende perfeitamente o item (alambrado). "NYLOFOR".

Imagem extraída do google do item "Nylofor".

O gradil Nylofor consiste em uma grade metálica utilizada para delimitar ou para cercar um determinado local, muito aplicado na divisão de espaços externos de imóveis comerciais ou industriais, ginásios, estações rodoviárias e ferroviárias, entre outros.



Imagem extraída do google do item "Alambrado"

Uma cerca de arame é um tipo de cerca tecida geralmente feita de arame de aço revestido de polietileno de baixa densidade galvanizado ou linear.



Observe que ambos os gradis são parecidos, ambos são alambrados, porém o item alambrado é apenas uma forma de gradil metálico com nome técnico diferente, por este motivo entendemos que o nosso item atende perfeitamente ao solicitado em edital item 15.3 alíneas “f”.

O item **(execução de armação para fundação 1.932,94kg)**, que o edital solicita, é atestado pelo item **(armação com tela q-246 aço ca-50 ø 6,30 mm 3.637,00kg)**, atestado GEMELO, o atestado que apresentamos atende com sobras o solicitado em edital sobrando assim 1704,06kg, pois o edital solicita apenas **1.932,94kg**.

O item **(execução de concreto moldado in loco 41,41m³)** que o edital solicita, é atestado pelo item **(concreto fck 30 mpa bombeável, lançamento e adensamento 123m³)**; atestado GEMELO.

Importante lembrar que apenas o Atestado de capacidade Técnica da empresa GEMELO atende perfeitamente o solicitado no edital em seu item 15.3 alíneas “f”.

A equipe de licitação cita ainda que a empresa apresentou Art. Cancelada, e informo-vos que não há Art. CANCELADA na apresentação, o que deve ter acontecido é de a comissão de licitação ter considerado a Art. 8500174781, no qual houve equívoco apenas no ato de redigir o documento, porém cabe informar que acompanhada do atestado de capacidade técnica operacional da fornecido pela empresa **GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS** a Art. **Que deverá ser considerada é a de nº 2320238500214357**.

Onde se lê Art. nº:

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento da implementação de infraestrutura para a segurança física e operacional do Data Center Modular (Sala Segura), incluindo os serviços acessórios de preparo das instalações, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia.

LOCAL DA OBRA: CIAC - Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte – SEFIN/RO

Contrato nº 001/2023 - 0698/SEFIN/PGE/2022

VALOR DA OBRA: R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais).

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 10/01/2023 a 10/05/2023.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROFISSIONAIS	TÍTULO	REGISTRO CREA	ART Nº
DARLI COELHO PERES	ENGENHEIRO CIVIL	21448 D/RO	8500174781

Leia-se Art. nº:



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

1. Responsável Técnico

DARLI COELHO PERES

Título do Profissional: ENGENHEIRO CIVIL /

Empresas: **EGR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**

Página: 1/1

ART de Obra ou Serviço
2320238500214357



RNP: 2321112760
Registro: 21448D RO
Registro: 5763EMRO

2. Dados do Contrato

Contratante: GEMELO DO BRASIL DATA CENT., COM. E SERV.
RUA ALAMEDA GRAJAU
Nº: 60
Comp.: SALA 2116 SALA 2117 SALA 2118

Bairro: ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL Nº 33333333
Cidade: BARUERI UF: SP País: BRA CEP: 06454050

Importante salientar que o documento foi apresentado e que consta juntamente com a documentação de habilitação apresentada anterior a abertura do certame, não sabemos exatamente o número das páginas, pois a mesma foi numerada no dia da licitação ordenada por um dos representantes da equipe de licitação, pois este motivo não recordamos do número exato da página, mas consta sim no rol de documentos apresentados.

Quanto as **certidões de acervos técnicos do profissional** o Sr. NELIO ALZENIR AFONSO ALENCAR, foram enviados diversos acervos em especial o Acervo Técnico NET-000014974, no qual o **OBJETO** é a **CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM ÁREA DE 1.031,40 M2, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM DOS ESTADOS, MUNICÍPIO DE JARU/RO, na quadra foi instalado alambrado, não está descrito no acervo técnico mais o serviço foi feito, pergunto, a comissão de licitação fez diligências quanto ao acervo apresentado?**

Os acervos nº **NET-000018938, NET-000011839, NET-000015140, NET-000013811, NET-000015027, NET-000010786**, acervos estes que atende de forma satisfatória os itens, execução de alambrado 211,57m², execução de armação para fundação 1.932,94kg e execução de concreto moldado in loco 41,41m³.

Todos os Acervos tanto operacional quanto profissional apresentados atende de forma satisfatória os itens solicitados em edital, caberia a comissão de licitação diligenciar sobre os documentos apresentados já que o motivo da Inabilitação foram os já mencionados anteriormente.

Com a análise desta recorrida, informo-vos que a empresa está sendo prejudicada por interpretação da comissão de licitação e não pelo fato de a empresa ter descumprido qualquer ponto do edital.

A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”¹ Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo*. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233 Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.

Convém destacar que a interpretação do artigo 30 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, **objetos compatíveis em características “grifo nosso”** com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

A própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Licitação para contratação de bens e serviços: As exigências para o fim de habilitação odevem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário ² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332. ³ Le Droit Administratif Français, Paris, 1968, p. 610. ⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato administrativo. 2. Ed. São Paulo: RT, 1985, p. 122.

Para se fazer uma análise adequada da legalidade ou não de tais exigências, deve-se verificar o que diz a Lei nº 8.666/93 sobre os requisitos de qualificação técnica para a fase de habilitação, dentre os quais encontra-se inserido o atestado de capacidade técnica:

“Art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização, do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Evidentemente que, caso a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro responsável tenham dúvidas acerca das informações contidas em determinado documento juntado pelo licitante em sua documentação de habilitação,

deverá promover diligência perante o responsável pela emissão dos atestados, utilizando-se para isso da prerrogativa disponibilizada pelo § 5º, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93. Segundo tal comando normativo, em qualquer fase da licitação, é autorizado a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedando-se, evidentemente, a inclusão posterior de documento ou informação que já deveria constar originariamente dos documentos apresentados pelo licitante.

Princípio que objetiva a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição.

“griffo nosso”

A inabilitação da recorrida, como requer o pregoeiro, seria forma de ferir os princípios legais, inclusive no tocante ao disposto no Edital. A recorrida demonstrou ser expressamente competente para os serviços, inclusive ao ver da equipe técnica desta recorrente, que analisou as documentações apresentadas.

Por todo o exposto, requer o que segue.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, tendo em vista que a recorrida **EGN COMERCIO E SERVICOS LTDA** possui total capacidade técnica suficiente para a prestação do serviço, como também conseguiu demonstrar competência através de seus atestados ora apresentados, requer:

- a) Sejam este recurso recebido e provido para reformular a decisão desta comissão de licitação, acerca da inabilitação da recorrida;
- b) Que seja reparado o vício a fim de evitar prejuízo para a administração pública.
- c) Não sendo esta sua decisão, o que não se espera que este recurso seja direcionado à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei n. 8666/93 com cópia ao MP – Ministério Público do estado de Rondônia.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Porto Velho, 15 de agosto de 2023.

DARLI COELHO

PERES: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
DARLI COELHO

PERES

Dados: [REDACTED]

DARLI COELHO PERES

CPF: [REDACTED]

Representante Legal